



**ATAM** | ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL



ATAM | ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL



ATAM

ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO  
LOCAL

XXXVI

COLÓQUIO NACIONAL



I COLÓQUIO TRANSFRONTEIRIÇO  
XIII CONGRESSO DA UDITE

16 a 19  
2016  
ELVAS

NOVEMBRO



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL



# Elvas

momentos fortes  
**monumentos únicos**

## XXXVI COLÓQUIO

### NACIONAL

#### DA

### ATAM

## 2016



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# CONCLUSÕES

**José Figueiredo Faria**

Secretário da Direção da ATAM



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **40 ANOS DE DEMOCRACIA LOCAL - ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

*Nuno José Vasconcelos de Albuquerque e Sousa*  
*Universidade Lusófona do Porto*



- ❑ O conceito de autonomia local constitucional coincide com o constante da Carta Europeia da Autonomia Local
- ❑ Portugal acompanhou a generalidade dos países europeus no sentido da descentralização e da estabilidade do poder local, e os resultados concretos obtidos são notáveis.
- ❑ A autonomia local tem raízes históricas firmes e o município tem sido e, deve continuar a ser, a estrutura principal da autonomia local.
- ❑ No constitucionalismo atual existem, autonomia e poder local efetivos, quer no plano das atribuições e competências, quer no plano das finanças locais, quer no plano do pessoal autárquico, quer ainda no plano da tutela governamental.
- ❑ Continuam as dúvidas sobre qual a evolução da organização administrativa, entre a via do intermunicipalismo, a do supramunicipalismo e, a da regionalização.



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **SIMPLEX+ MEDIDAS PARA SIMPLIFICAR A ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAR PROCESSOS NAS AUTARQUIAS LOCAIS**

*Jorge Lagarto*

*Agência para a Modernização Administrativa*



## ❑ **Princípios fundamentais do Programa Simplex +**

- a) Padronização de soluções;
- b) Confiança nos cidadãos;
- c) Adequada gestão da mudança.

## ❑ **Ideias chave**

- a) Existência de um patrocínio político de alto nível;
- b) Simplificação de procedimentos;
- c) Simplificação de acesso à informação;
- d) Criação de Balcão Único de Atendimento;
- e) Criação do Catálogo de Licenças;
- f) Desmaterialização dos procedimentos e coordenação de plataformas;
- g) Alteração dos procedimentos de controlo público das atividades: urbanística e económica.





**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **A MUDANÇA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E O NOVO QUADRO LEGAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS - AS IDEIAS FUNDAMENTAIS**

*Carlos Miguel*

*Secretário de Estado das Autarquias Locais*



## ❑ FUTURO - IDEIAS FUNDAMENTAIS

### ➤ **Aprofundamento da Descentralização nos diferentes níveis**

- Autarquias Locais
- Administração Central
- Administração Regional

## ❑ **Caracterizando-se em 5 vetores**

### ▪ **1. Mais AUTONOMIA**

- Pela via do aprofundamento da autonomia do Poder Local, com sinais claros vertidos na PLOE 2017, designadamente, no caso dos impostos municipais, passando a gestão e a receita a ser efetivamente da sua alçada, cabendo aos municípios definir as suas condições de atribuição, caso por exemplo, das isenções de IMI em centros históricos ou em outras áreas, passam a ser decisão dos municípios sobre proposta da Câmara Municipal e sufragada pela Assembleia Municipal.



## ▪ **2. Mais COMPETÊNCIAS**

- No domínio da **Educação**, com o alargamento da sua gestão até ao nível do secundário, acompanhando assim a escolaridade obrigatória, que atualmente vai até ao 12.º ano.
- No domínio da **Saúde**, por exemplo, os municípios gerirem a rede de cuidados de saúde primários e a gestão de edifícios, acompanhado também da transferência dos respetivos meios.
- No domínio da **Segurança Social**, e tendo já presente que os municípios têm vindo a assumir este papel, e até por razões de exigência de maior proximidade para responder aos casos sociais, perspectiva-se a assunção e a responsabilidade dos Municípios assegurarem um serviço de primeira linha de atendimento, relativamente ao apoio e gestão das prestações sociais ao nível dos mais carenciados.

## ▪ **3. Mais RESPONSABILIDADE**

- Traduzida em mais competências, maior proximidade para resolver problemas das populações e maior autonomia na gestão do território.



#### ▪ **4. Mais COOPERAÇÃO**

- A cooperação que deve ser acelerada entre Municípios e Freguesias, pois as novas competências para estas entidades exigem maior grau de cooperação e maior articulação.
- Apostar também, na cooperação em rede com as CIM e com as CCDR'S.

#### ▪ **5. Mais MEIOS**

- As novas competências, e o seu aprofundamento, obrigarão a uma nova Lei das Finanças Locais, ou, à sua reformulação/revisão.

### Quanto ao **PROCESSO DE AGREGAÇÃO / DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS**

- Compromissos do Governo:
  - **AVALIAR** a organização territorial face ao efeito da agregação.
  - **CORRIGIR** os casos mal resolvidos.
- **NÃO HÁ COMPROMISSO DE DESAGREGAÇÃO.**

Relativamente ao desafio lançado pelo Presidente da ATAM ao Exmo. Senhor SEAL

- **Afirmou o compromisso de consultar ATAM nos projetos de Lei, quando aplicáveis.**



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **A REABILITAÇÃO URBANA E O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO REABILITAR PARA ARRENDAR - HABITAÇÃO ACESSÍVEL**

***Luís Maria Gonçalves***

***Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana***



➤ **Pilares destinados ao financiamento de ações de reabilitação urbana:**

1. Programa: reabilitar para arrendar, vocacionado para os municípios;
2. Programa destinado a qualquer agente – Público ou Privado – que pretenda desenvolver ações de reabilitação urbana;
3. Instrumento financeiro para a reabilitação ou regeneração urbanas (a criar, ou, a desenvolver).
4. Fundo Nacional para a reabilitação do edificado

❖ **Ideias-chave:**

- O fim da lógica de financiamento das ações de reabilitação assente na comparticipação a fundo perdido, passando a vingar uma lógica de apoios reembolsáveis;
- Importância das medidas de planeamento: “ARU’s” e “ORU’s”



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

**A REFORMA DO MODELO DA ADSE**

**- O MODELO DE FINANCIAMENTO ATUAL,  
AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS  
E AS ALTERNATIVAS DE EVOLUÇÃO**

*Carlos Liberato Baptista*

*Diretor-Geral da ADSE*



## ❑ **PERSPETIVAS E EVOLUÇÃO FUTURA DA ADSE**

- **Desafio: Inovação e desburocratização da gestão e processos**
  - Aposta na desmaterialização
  - Aposta em sistemas informáticos abertos, plataformas e tecnologias móveis
  - Aposta na simplificação dos processos e procedimentos de reembolsos (redução dos tempos médios de reembolsos)
  - Aposta na maior interação com os beneficiários





## ❑ PERSPETIVAS E EVOLUÇÃO FUTURA DA ADSE

### ➤ **Transformação da ADSE num Instituto Público de regime especial e gestão participada**

- Está em discussão pública o projeto de Decreto - Lei relativo à constituição do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (abreviadamente designado por ADSE, I.P.) até ao próximo dia 27 de novembro.
- Nos órgãos sociais deve-se destacar a criação de um Conselho Geral e de Supervisão, no qual participam:
  - Representantes dos principais sindicatos da Administração Pública
  - Representantes do beneficiários titulares eleitos por eleição direta
  - Representantes de associações de aposentados e reformados



## ❑ **PERSPETIVAS E EVOLUÇÃO FUTURA DA ADSE**

- A criação da ADSE, I.P., vai ao encontro das recomendações do Tribunal de Contas, tendo em conta que a missão e os objetivos da ADSE não se devem confundir com o exercício de funções que competem ao Estado, pelo que se considerou necessária a alteração do regime jurídico que regula o esquema de benefícios da ADSE e a responsabilidade financeira da mesma por cuidados prestados aos seus beneficiários, atribuindo-lhe um regime jurídico de autonomia administrativa e financeira, e de participação dos quotizados na sua governação, ao nível das decisões estratégicas e de controlo financeiro.
- Perspetivam-se assim novos passos na reforma da ADSE, visando o alargamento do universo de beneficiários, novas formas/modelos de financiamento/contribuições destes novos beneficiários, contribuindo para o reforço da sua sustentabilidade e melhoria do sistema de copagamentos.



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - AS PROPOSTAS DE SIMPLIFICAÇÃO NO CONTEXTO AUTÁRQUICO**

***ACINGOV***

***FRESOFT | MEDIDATA | AIRC | IDONIC | EDUBOX***

***SKILLMIND***



- ❑ As ondas de mudança aceleradas que hoje se apresentam às autarquias locais, quer na sua governação quer nas suas relações de proximidade e de resposta aos cidadãos, colocam na ordem do dia a busca constante de soluções e plataformas tecnológicas assentes em sistemas abertos, de base Web e mobile, que simplifiquem os processos, que facilitem o acesso à informação para a tomada de decisão, bem como a gestão centralizada e a comunicação em sistemas multicanal, pela via eletrónica e do digital. Assim foram apresentadas soluções tecnológicas para diferentes áreas de atuação:

- ACINGOV - Tecnologia ao serviço das compras públicas
  - ✓ Poupança de tempo dos recursos, com acesso à informação em tempo real, atualizações em tempo real e interligação de procedimentos
- FRESOFT - Tecnologias de informação e comunicação
  - ✓ Todos ligados ao mundo, com o mundo dentro do bolso (smartphones) na lógica da rede e da prestação de um serviço público eficiente e desmaterializado



- MEDIDATA – SigmaForma – Geração de formulários inteligentes para simplificar o atendimento municipal e design de app’s multiplataforma
  - ✓ Preenchimento automático de diversos campos, eliminando tarefas repetitivas e desnecessárias, permitindo a exportação da informação para diversas plataformas e integração com terceiros no âmbito da internet
  
- AIRC – Novos projetos relacionados com novas competências dos municípios
  - ✓ Apresentação de projetos do Espaço Cidadão, com simplificação de procedimentos com vantagens em termos de custos, recursos e facilidade de adaptabilidade das aplicações às especificidades de cada autarquia, podendo até ser dispensada a existência de servidores com recursos à *cloud* para instalação das aplicações.



- EDUBOX – Go social
  - ✓ Nova aplicação de Gestão de procedimentos desmaterializados na área da ação social municipal com unificação de procedimentos realizados através da *web*, gestão de candidaturas e apoios sociais, possibilitando a existência de carta social georreferenciada e a realização de avaliação dos procedimentos.
  
- SKILLMIND – Modernização Administrativa – Balcão Único
  - ✓ Disponibilização de informação desmaterializada com recurso às TIC e com possibilidade de uso de várias plataformas para divulgação da informação entre os utilizadores, agregando diversos tipos de informação utilizável em suportes diversificados.



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - APLICAÇÃO AO SETOR AUTÁRQUICO**

*Alexandre Tomás Amado*  
*Inspeção Geral de Finanças*



- ❑ A transição para o POCAL foi muito positiva ao nível das autarquias locais, devendo na transição do POCAL para o SNC-AP, ser adotados os aspetos positivos e melhorados os negativos.
  
- ❑ O manual de implementação, em revisão, revela-se como um documento muito importante na compreensão das NCP.
  
- ❑ A preparação do balanço inicial do SNC-AP é uma tarefa que vai requerer um conhecimento e aplicação das NCP muito detalhado e rigoroso, para que, aquele documento tenha aderência à realidade das entidades locais.
  
- ❑ Para o efeito, só com a correta aplicação do princípio da substância sobre a forma, dos critérios de mensuração (justo valor), podemos efetuar um reconhecimento / desreconhecimento de ativos e passivos com rigor e credibilidade de forma a não distorcer a aplicação das NCP.





**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **OS FUNDOS EUROPEUS - OS PACTOS DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL, OS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OS PLANOS DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA**

*Nuno Romão*

*Agência para o Desenvolvimento e Coesão*



➤ **Tendências das Abordagens Territoriais Integradas, pela via do:**

**☐ Reforço dos Níveis Regionais e Subregionais**

- Maior relevância dos PO Regionais (50% do FEDER e FSE)
- Maior participação de entidades subregionais ao nível da gestão (ITI (Investimentos Territoriais Integrados)
- e AIDUS (Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável)( representam cerca de 10% do FEDER e FSE)
- Maior relevância das Abordagens Territoriais Integradas (DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) e PEDU) (representam cerca de 5% do FEDER e FSE)

**☐ Reforço das capacidades dos atores locais e sub-regionais - a relevância do planeamento estratégico.**



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **A TRANSPOSIÇÃO DAS NOVAS DIRETIVAS EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

## **- O ALCANCE DAS ALTERAÇÕES E A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL**

*José Duarte Coimbra | Sérvulo e Associados - Sociedade de Advogados RL*

*Venancio Gutierrez Colomina | Ayuntamiento de Málaga*



## ➤ PORTUGAL

- Novidades mais sonantes:

1. Boa gestão contratual
2. Reforço da digitalização
3. Não há nenhuma revolução na contratação pública
  - Reforço das ideias de boa gestão
  - Revisão de políticas sociais, ambientais e laborais
4. A estrutura sistemática mantém-se inalterável
5. Introdução do procedimento de consulta prévia
6. O dever de suprimento de irregularidades formais não essenciais (Princípio da substância sob a forma)



## ➤ PORTUGAL

- Novidades mais sonantes:

7. Eventual aumento da litigiosidade

8. Reforço da decisão de contratar nos grandes contratos (5 milhões de euros) – implica a análise custo/benefício

9. Regime do planeamento da contratação – obrigação de aprovação de programa bienal da contratação

10. Consultas preliminares ao mercado / regulamentação



## ➤ **ESPAÑA**

- Não há transposição total das diretivas comunitárias da contratação
- Efeito direto das diretivas comunitárias publicadas no ano de 2014, em matéria de contratação pública
- Reforço dos princípios:
  - Igualdade
  - Transparência
  - Concorrência
- Medidas de combate à corrupção e ao clientelismo
- Aposta na inovação
- Novos procedimentos à contratação, estimulando a negociação
- Regulamentação das consultas ao mercado
- Regulamentação da subcontratação, garantindo a boa execução da mesma e prevenção da sinistralidade
- Reforço do contrato de concessão



**ATAM** | ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

# **O VALOR DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL - AS DIMENSÕES E OS INDICADORES RELEVANTES**

*Luís Manuel Pinto de Sousa | Instituto de Ciências Sociais da  
Universidade de Lisboa*

*Doña Rosa de la Peña Gutierrez | Ayuntamiento de Palencia*



- O conceito de transparência está intimamente ligado à noção de acesso à informação enquanto pré-condição para o escrutínio, participação e responsabilização pública. A crítica e o escrutínio público são princípios axiomáticos do sistema democrático. Consequentemente, uma maior abertura dos processos governativos à participação dos cidadãos, terá, por sua vez, repercussões positivas nos níveis de apoio, específicos e difusos, face à democracia.
- A internet veio revolucionar a forma como a sociedade comunica e interage. Isto também se aplica à relação entre o governo local e os cidadãos. A introdução das TIC no governo local, elevou os níveis de exigência relativamente ao funcionamento da administração autárquica e da forma como essa se relaciona com a sociedade.
- O acesso a informação e documentos através dos *websites* dos municípios permite aos cidadãos participarem na gestão autárquica de uma forma mais informada, levando assim a um aumento da responsabilidade dos eleitos e ao fortalecimento do sistema de representação.



- Foi nesse sentido que a Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC) promoveu o desenvolvimento de um índice que procurasse medir o nível de transparência dos municípios através de uma análise de informação sobre o seu formato, desempenho e gestão disponibilizados nos *websites* das câmaras municipais.
  
- O Índice de Transparência Municipal (ITM) nasce em 2013 com três propósitos claros:
  1. Dar a conhecer o grau de transparência das câmaras municipais no que concerne a utilização das TIC, à luz das boas práticas internacionais, incentivando as autoridades locais a melhorarem as suas ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos, com vista a uma governação cada vez mais aberta, responsável e participativa;



2. Estabelecer um ranking de municípios que por um lado, sirva de ferramenta de *benchmarking* para as autoridades locais e por outro lado, permita criar pressão política e social para a melhoria da informação prestada aos cidadãos;
  3. Potenciar o desenvolvimento de estudos, fundamentais e aplicados, sobre a qualidade da democracia local.
- A publicação do índice conduziu a que muitas Autarquias aumentassem o seu nível de transparência, com vista a melhorarem a informação prestada e o seu posicionamento no *ranking*.



**ATAM** ASSOCIAÇÃO DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO LOCAL

**REFORÇAR OS PRINCÍPIOS, OS VALORES**

**E AS**

**BOAS PRÁTICAS DO SERVIÇO PÚBLICO LOCAL**